

A relação desenvolvimento e subdesenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado¹

Karla Vitória de Queiroz²

Ricardo Schmidt Filho³

RESUMO

O conceito de desenvolvimento, desde que se tornou um dos maiores focos dos economistas, passou por mudanças que ocorreram de acordo com o contexto histórico, social e econômico de cada época. Sendo assim, o termo “desenvolvimento” passou por diversos pontos de vista, de forma a mudar de acordo com cada contexto. A grande contribuição de Celso Furtado com sua obra “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” de 1968 é um desses pontos de vista, de forma a ser um divisor de águas, considerando que Furtado apresenta o conceito de subdesenvolvimento e como este se relaciona com o desenvolvimento. O trabalho a seguir tem como objetivo apresentar alguns dos conceitos elaborados para o desenvolvimento durante o século XX, além da obra citada de Celso Furtado, a fim de entender qual a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento. Como conclusão, tem-se que o subdesenvolvimento é uma consequência do desenvolvimento, além de que a relação de dependência dos subdesenvolvidos em relação ao centro ainda é evidente e com raízes históricas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Celso Furtado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como objetivo o resgate de temas relacionados ao desenvolvimento, de forma que, num primeiro momento, é realizado um apanhado geral sobre a temática com base em vários autores ao longo do tempo, mais especificamente no século XX. No segundo momento, o título do artigo aparece com maior clareza, considerando que será apresentado o conceito da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento a partir da obra de Celso Furtado: Teoria e Política do Desenvolvimento (1968).

Celso Furtado é um renomado pensador internacional, que baseou suas teorias

¹Trabalho escrito no âmbito da atuação no Programa de Educação Tutorial – PET, do curso de Ciências Econômicas da UFCG.

²Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET-Economia. Email: karlaqueiroz290@gmail.com.

³Professor do curso de Ciências Econômicas da UFCG. No presente trabalho atuou como orientador. Email: ricardo.schmidt@professor.ufcg.edu.br.

com ênfase nos países latino-americanos. Suas ideias continuam pertinentes, mesmo após tanto tempo, principalmente quando analisa-se a relação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A discussão sobre desenvolvimento, desde que o tema veio à tona, nunca saiu do centro dos debates em economia, uma vez que a subordinação de países em desenvolvimento em relação ao centro piora o cenário político, social e econômico para a grande maioria da população. Considerando o contexto histórico como parte fundamental para que a análise tenha fundamento, Furtado enfatiza a importância deste para que essa relação seja explicada de maneira coerente.

Ao longo do texto, é possível notar a forma como o conceito de desenvolvimento muda, de acordo com os debates em questão em cada período. Além disso, a influência teórica de determinadas correntes do pensamento econômico acabam por influenciar a visão de desenvolvimento, e como o cenário de subdesenvolvimento ocorre de maneira consequente ao primeiro.

A forma como os chamados países do centro alcançam a industrialização e logo decidem avançar em direção aos demais territórios faz com que os países periféricos já sejam afetados considerando, por exemplo, que a relação metrópole-colônia já prejudica o crescimento econômico das colônias (uma das provas da importância do contexto histórico para a análise, como mostra Furtado). O chamado pacto colonial que estabelecia a relação de dependência da colônia em relação à metrópole pode ser citado como um ato que tem raízes estabelecidas até hoje.

Dessa forma, torna-se importante a análise dos conceitos em questão, de forma que Celso Furtado traz a história como um dos elementos principais que a compõe, demonstrando, mais uma vez, como a história aparece como elemento de resistência, quando se coloca o subdesenvolvimento em foco, além de que analisar a questão desigual no quesito desenvolvimento é de suma importância por conseguir explicar muitas das relações e acordos atuais, de forma que o subdesenvolvimento pode ser explicado.

Além de apresentar a forma como o conceito de desenvolvimento mudou com o passar do tempo, de forma a apresentar as diferenças em relação à contribuição de Furtado, também torna-se um objetivo a discussão da obra em questão de Furtado “Teoria e Política do Desenvolvimento (1968), analisando toda a discussão até a formação do conceito de desenvolvimento com base em seus pensamentos, até chegar ao subdesenvolvimento, que é uma das maiores contribuições de Furtado.

Para isso, foi feito um resgate de escritas sobre autores do século XX, a fim de obter a visão de desenvolvimento em cada contexto histórico, além do enfoque na obra que será discutida de Celso Furtado, resgatando também sua discussão sobre o tema, considerando que esse livro apresenta e relaciona o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Sendo assim, o texto será apresentado em duas seções, sendo a primeira com o resgate de autores e ideias de desenvolvimento do século XX, e uma segunda com ênfase na obra em questão de Celso Furtado.

1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

Antes de adentrar o assunto específico que será tratado neste artigo, é necessário que as diferenças entre os conceitos dessa área sejam entendidos e absorvidos de forma que se torne natural sua compreensão. Além disso, para conseguir explicar e demonstrar o subdesenvolvimento, também é preciso que o conceito de desenvolvimento seja entendido. Para que a revisão teórica seja plenamente construída, o enfoque histórico precisa ser trazido, uma vez que esses conceitos sofreram transformações com o passar do tempo.

Cardoso (2012) argumenta sobre a “armadilha do subdesenvolvimento”, logo se tem a ideia de como o termo desenvolvimento sofreu alterações com o passar do tempo. Logo no início do que seria o termo desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, o termo “países em crescimento” se referia àqueles que eram desenvolvidos, enquanto que os subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento” eram vistos nas teorias do desenvolvimento. Considerando que desenvolvimento e subdesenvolvimento não podem ser vistos como etapas de um processo, ou seja, o segundo não se trata de uma deficiência do primeiro. Na verdade, estão relacionados com a geração e manutenção da estrutura sócio-produtiva nos locais onde são verificados. Assim, a superação desses conceitos ocorre pela efetiva compreensão dos mecanismos de funcionamento e proposição de alterações estruturais. Outra questão importante é o fato errôneo sobre o subdesenvolvimento ser a falta de industrialização.

Dessa forma, nessa diferença é que se encontra a distinção entre teoria do desenvolvimento e teoria econômica. Nas palavras Cardoso (2012, p. 14): “se aprovadas na lição da Economia do Desenvolvimento, as ex-nações não desenvolvidas poderiam finalmente se valer da Teoria Econômica e de seus ótimos princípios, em sua forma

mais tradicional”.

Furtado (1968) apresenta que, para os clássicos, a abstração para explicar a distribuição do fluxo da renda social sempre esteve presente. Dessa forma, quando os processos econômicos são analisados apenas numa ótica distributiva, como Ricardo, fica mais difícil de se desligar ao abstrato, enquanto que quanto mais próximo da ótica do sistema de produção, mais perto do plano concreto o pesquisador estará. Nesse quesito, Furtado traz como os clássicos, apesar de considerarem fatos históricos para criar suas leis, como o livre comércio, ainda assim o faziam de forma limitada, e acabavam por generalizar. Dessa forma, considerando que o desenvolvimento conta com a história para ser explicado, os clássicos por muito tempo teorizam a economia como algo constituído por leis, perdendo a ideia de ciência.

Além disso, os clássicos consideravam muito a perspectiva de analisar o aumento da produtividade do trabalho em empresas específicas, de forma que isso pode representar apenas um lucro para o empresário, sem trazer mudanças significativas globais. Dessa forma, os clássicos criaram uma confusão entre crescimento da produtividade no setor microeconômico e desenvolvimento. Essa corrente de pensamento utilizava a acumulação de capital para explicar, por exemplo, a forma que a renda social era distribuída. Furtado (1968)

Ainda na obra em questão de Furtado, os neoclássicos utilizam de uma função de produção, na qual podem existir várias combinações de fatores. Assim, a remuneração de cada fator será representada pela sua produtividade marginal quando chegar ao equilíbrio. Lembrando que, para os neoclássicos, seja qual for a oferta de mão-de-obra, todos aqueles que queiram emprego, assim o terão, desde que estejam de acordo com o salário estabelecido pelo mercado, que é representado pela produtividade do último trabalhador em questão. Dessa forma, desconsiderar o desemprego da época, considerando que essa ideia era a verdade absoluta. Além disso, a ideia de otimização e maximização da utilidade, por exemplo, estão presentes aqui.

Sendo assim, o que se pode ver de teoria do desenvolvimento nos neoclássicos diz sobre o aumento de produtividade do trabalho ser consequência da acumulação de capital, que está sujeita à taxa antecipada de remuneração dos novos capitais e ao preço de oferta da poupança. Dessa forma, quando se fala em desenvolvimento, lucro e acumulação, assim então serão consequência do afastamento do equilíbrio. A otimização do uso de recursos e suas condições levam à estagnação, enquanto que para os clássicos, o desenvolvimento tendia à estagnação. Furtado (1968)

Considerando as observações dos clássicos e neoclássicos em Furtado (1968), não é muito o que se tem para progredir a teoria do desenvolvimento, uma vez que a acumulação de capital é um dos principais fatores para as duas correntes, de forma que não muda de uma para a outra.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, como lembrado por Cardoso (2012) através de uma observação feita por Chang, ocorre um fracasso da ideia do *laissez-faire* no período entre guerras. Esse fato fez com que o surgimento de correntes que defendiam a participação do Estado como essencial para o bom funcionamento fosse consolidado.

Outro fator que passou a ser concretizado nos estudos sobre desenvolvimento, foi aquele relacionado à forma em que se daria esse estudo. Os países subdesenvolvidos levavam em conta os modelos e estudos que países desenvolvidos utilizavam, ou seja, os padrões estabelecidos pelas nações desenvolvidas também eram utilizados pelas subdesenvolvidas. Isso foi um problema, considerando que as duas classificações possuem condições e características totalmente diferentes, desde se foram colonizadores ou colônia, até os processos utilizados para elevar os níveis de crescimento econômico. Cardoso (2012)

Outro escritor que fez considerações sobre esse período, como mostra Cardoso (2012) foi o José Luís Fiori. Ao debater que o desenvolvimento, para ser classificado, vai além do que apenas a economia. Além disso, é necessário lembrar, apesar da racionalização envolvida, que a Economia do Desenvolvimento também trouxe estudiosos que consideraram outras áreas. Cardoso (2012) ainda traz que Fiori reconhece que os nichos além da economia foram os que mais contribuíram para a formulação de ideias no desenvolvimento.

Ademais, nesse período, tinha-se a ideia de que o desenvolvimento estava relacionado à industrialização. As nações primário-exportadoras da época, sobretudo na América Latina, viviam um período frágil, considerando a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Com o advento do desenvolvimento, passam a buscar pela industrialização que, por sua vez, precisa da acumulação de capital, e isso resulta na criação do vínculo entre desenvolvimento e planejamento. Para a mudança de pensamento da ideia de que o desenvolvimento necessita planejamento para a ideia de que o Estado precisa estar incluso para que ele realmente aconteça foi instantâneo (Cardoso, 2012).

Já nos anos 1960 Arndt observou que os conceitos sociais passaram a ser mais

incrementados no desenvolvimento como objetivos (educação, saúde e nutrição são exemplos), e como alguns casos de crescimento poderiam ser os causadores de problemas sociais e políticos, ao contrário de resolvê-los. (Cardoso, 2012)

Schumpeter contribuirá para o estudo da Teoria do Desenvolvimento Econômico e conforme abordado por Costa (2006) a “evolução econômica” somente ocorreria no momento em que uma inovação diferente de uma mudança já prevista ocorra, quebrando o chamado fluxo circular, que seria justamente a produção corriqueira, que apenas conta com diferenças na produção que já são imagináveis.

Dessa forma, para Schumpeter, o verdadeiro desenvolvimento ocorre quando uma “inovação transformadora” não prevista aconteça. Porém, é válido lembrar que isso não significa que a economia de fluxo circular não alcança crescimento econômico. O que Schumpeter quer trazer com inovação é justamente que o processo de mudança estrutural e quebra do fluxo contínuo são vitais para o desenvolvimento. Dessa forma, permanecer inserido nesse fluxo circular não traz desenvolvimento. É necessário que o local em questão apresente algo novo, que quebre o fluxo contínuo. Costa (2006)

Além disso, continuando a apresentação das ideias de Schumpeter, pela obra em questão de Costa (2006), fica claro como ele afirma que as inovações transformadoras não são fruto da necessidade que os consumidores passam a sentir, demandando novas produções inovadoras, mas sim da própria vontade dos produtores. Dessa forma, os consumidores passam a ser ensinados que precisam daquela mudança em seus hábitos, mas a real motivação para que ocorra não provém das necessidades desses.

Lembrando que essas mudanças não podem ser tidas como uma espécie de evolução dos produtos, mas precisam ser realmente inovadoras. Dessa forma, Schumpeter traz cinco exemplos do que poderia se encaixar na ideia de “inovação” ou “novas combinações”. O primeiro traz o incremento de algo totalmente novo, um produto novo, ou esse em uma nova forma. O segundo diz sobre um novo modo de produzir naquela indústria, que ainda não tenha sido testado. O terceiro traz a invenção de um novo mercado dentro do país, quer esse mercado tenha existido anteriormente ou não. O quarto, como já era de se esperar, traz uma nova matéria prima, seja inventada naquele momento ou não. O quinto e último exemplo diz sobre uma nova estrutura de mercado. (Costa, 2006)

Dessa forma, Costa (2006) traz que Schumpeter apresenta sua ideia de desenvolvimento econômico, que seria alcançado através de novas combinações dos

recursos já presentes em sociedade, de forma que se alcance a inovação e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Porém, é vital deixar evidente que isso não significa que essa inovação transformadora ocorre através de meios de produção que estão inoperantes, mas sim por meio dos que já estão em seus eixos na economia, apenas esperando para serem destinados a novas funções.

Ainda no quesito desenvolvimento econômico para Schumpeter, o desenvolvimento junto às inovações trariam aumentos e quedas na produção e no emprego, sem contar as mudanças que ocorreriam nas questões sociais, por exemplo. Essa era a manifestação do desenvolvimento para Schumpeter. Segundo ele, essa manifestação ocorre por meio de dois movimentos específicos. (Costa, 2006)

O primeiro movimento, como pontua Schumpeter, ocorre pela inovação no mercado, que logo traz os chamados lucros extraordinários e, conseqüentemente, outros produtores são atraídos pela nova ideia, passando a movimentar esse e outros eixos de produção na sociedade, considerando que com o aumento da produção nessa indústria, ocorrerão novas contratações de mão de obra e compra de recursos para a produção. Porém, segundo Schumpeter, essa movimentação acontece periodicamente, considerando que o aumento da oferta causa uma diminuição dos preços e, conseqüentemente, caem os lucros extraordinários, impedindo que a inovação introduzida no mercado cause movimentação contínua. Costa (2006)

O segundo movimento descrito por Schumpeter diz sobre os momentos de depressão que ocorrem devido a entrada de inovações na economia. Porém, nesse caso, as depressões ocorrem por um processo conseqüente do sucesso que as inovações causam. Com a introdução de transformações na função de produção, logo a competitividade entre os antigos eixos anteriores à inovação perde a força. Assim, os antigos eixos perdem lugar no mercado, causando as depressões descritas por Schumpeter. Segundo ele, o sistema deve se organizar de acordo com as inovações, resultando nas depressões. Costa (2006)

A partir de 1950 e no tempo que se segue, o termo crescimento econômico é usado para se referir aos países desenvolvidos, enquanto que desenvolvimento econômico refere-se às nações subdesenvolvidas. Como apresentado na tese de Cardoso (2012), Myrdal traz como a ideia de desenvolvimento econômico era interpretada como um estado prolongado de crescimento econômico. Outra ideia desse autor que dominou os estudos desenvolvimentistas diz sobre esse crescimento econômico desencadear uma diminuição dos níveis de pobreza, ou seja, os padrões de vida seriam melhorados.

Apresentado esse conjunto de ideias e questões, o próximo passo é entender o clímax deste artigo: Celso Furtado. Dessa forma, questões iniciais serão trazidas para que se obtenha um entendimento de sua obra que circunde os temas de interesse no devido momento.

Antes de tudo, é indispensável considerar que Celso Furtado possui a característica de levar em conta o processo histórico pelo qual determinada região passou, e, dessa vez, não poderia ser diferente. Nos escritos chamados “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”, com a contribuição de diversos autores, Celso Furtado logo afirma a importância de entender o processo histórico por trás para que realmente possa existir um conceito viável de desenvolvimento, que consiga ir além do que já estabeleceram mundialmente de que a teoria do desenvolvimento tem a função de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção em uma economia”, como Furtado traz na observação de Nicholas Kaldor. Dessa forma, Celso Furtado avalia o desenvolvimento, levando em conta o processo histórico e o contexto de cada época.

Na próxima seção, Furtado será o foco para expandir os olhares sobre a forma que desenvolvimento e subdesenvolvimento se relacionam, de forma a existir uma relação causal entre os dois, como observado por ele em suas obras, a fim de continuar construindo o alicerce até que o ponto mais alto seja atingido.

2. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO PARA CELSO FURTADO

Para que se estabeleça um contexto histórico em torno do tema que está sendo tratado, as contribuições de Celso Furtado (1968) serão trazidas para tornar claras as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, de forma que a propagação de mitos seja menos citada, principalmente no que se diz sobre os países subdesenvolvidos terem que seguir os “passos” das nações desenvolvidas para que alcancem seus mesmos níveis de desenvolvimento.

Para Chang (2002), os países desenvolvidos que estabeleciam a hegemonia mundial utilizavam meios para o desenvolvimento que não foram os divulgados historicamente pelo mainstream, de forma que seguiam uma fórmula diferente da que estabeleciam indiretamente para os países chamados subdesenvolvidos utilizarem. Volta a citar o termo “chutar a escada” para essa situação, de forma que as nações já desenvolvidas “chutaram a escada” que utilizaram para subir, impedindo que os

subdesenvolvidos utilizem os mesmos meios, e até mesmo impeçam dia após dia, por meio de muitos contextos, a subida desses países. Dessa forma, para desfazer mitos em torno desse tema, é preciso de antemão que se entenda o contexto histórico do processo.

Já de início, Furtado deixa claro como o processo de desenvolvimento não pode ser visto como uma mera receita, na qual determinadas etapas deveriam ser seguidas e atingidas para que se chegue ao desenvolvimento. Segundo Furtado (1968), a ideia de seguir os modelos das nações “ideais” é fruto das ideias de progresso que estão em torno da filosofia europeia com base no Iluminismo.

Para Adam Smith, a economia humana atravessa uma sequência de fases, que ocorrem de acordo com a psicologia do homem, com base na divisão social do trabalho. Para Marx, a organização do sistema econômico ocorre de acordo com a forma de apropriação dos fatores de produção (comunismo primitivo, escravidão, feudalismo e capitalismo). Com a industrialização, a evolução do desenvolvimento passou a ser vista como ordem natural das coisas, assim como os clássicos pensavam. Somente após a Segunda Guerra Mundial que Colin Clark pesquisou e estruturou estatísticas sobre o que seria a correlação entre a população ativa e o nível de renda per capita, abrindo discussões acerca do desenvolvimento e da reconstrução com o pós-guerra. Furtado (1968)

Ainda em Furtado (1968), a pesquisa de Colin Clark traz a industrialização como fator indispensável para o desenvolvimento, de forma que seriam necessárias mudanças estruturais econômicas e sociais, observando que a elevação do nível de vida a longo prazo não traria benefícios para todos. Dessa forma, surgem discussões sobre o que seria necessário para que uma nação atingisse o desenvolvimento de maneira rápida e estável. Assim, a ideia de fases para o desenvolvimento ressurge.

W. W. Rostow destacou-se nessa ótica de desenvolvimento, de forma que dividia o processo em cinco “etapas de crescimento”, como destacado por Furtado (1968): a primeira consiste na chamada “sociedade tradicional”, que teria baixa produtividade, mas não seria estática, de forma que o crescimento populacional, a evolução das manufaturas e de novas formas de produção por exemplo, podem ocorrer, porém, lentamente. Os proprietários de terra possuem o poder, enquanto que a economia é baseada na agricultura, considerando a baixa produtividade. A segunda etapa já diz sobre uma fase de transição, na qual os mercados internacionais e suas concorrências surgem, isso na Europa Ocidental, enquanto que os demais países teriam uma transição caracterizada por pressão exógena, advindas de países mais desenvolvidos. Dessa

forma, a transição daria forma ao chamado Estado-nação. Na terceira etapa, as mudanças na qualidade das estruturas econômicas ocorreriam. Na quarta etapa, continuaria o processo de crescimento, no qual a nação relaciona seus recursos e as técnicas modernas. Já na quinta fase, o consumo em massa ganha forma, com a acumulação de riquezas transformando a política e criando um “Estado-providência”.

Como apresentado por Furtado (1968), Raúl Prebisch tem seu ponto de partida na tecnologia moderna e seu crescimento, além da distribuição dos resultados dessas mudanças. Segundo ele, o centro dessa tecnologia moderna, durante a Revolução Industrial, foi a Grã-Bretanha, de forma que a tecnologia se espalhava até outras nações. Porém, deixa claro como, na contemporaneidade, possui-se uma “coexistência de um centro”, enquanto que uma grande periferia também se faz presente. Dessa forma, Prebisch apresenta uma estrutura, na qual existe um centro heterogêneo, ou seja, formado por nações com importâncias desiguais (por mais que uma economia em específico possua um papel predominante), enquanto que existe uma periferia, também heterogênea. Destaca que, até a Primeira Guerra Mundial, quem desempenhou o papel de nação líder do centro foi a Grã-Bretanha, e logo após os Estados Unidos, como fixado pela obra de Furtado. A conclusão do autor é que, por mais que existam fases até o desenvolvimento, considerando as economias contemporâneas, ainda assim não seria possível uma ascensão de etapa, de forma que países subdesenvolvidos permaneceriam nesse nível.

Tendo em vista algumas interpretações e teorias do desenvolvimento, Furtado (1968) apresenta que o enfoque faseológico dessa corrente torna-se muito genérico, de forma que, considerando a complexidade dos processos históricos, a análise torna-se muito abstrata, perdendo seu valor. Assim, o estudo do capitalismo comercial é necessário para entender as vias de desenvolvimento das economias modernas industriais, além de ser vital considerar que os grupos detentores do poder acabaram por não representar a coletividade, seja no que se diz sobre suas motivações não coincidirem com as gerais, ou até mesmo nas relações internacionais desses detentores.

Quando o assunto subdesenvolvimento surge, em Furtado (1968), é importante lembrar que, com a Revolução Industrial, logo surge o núcleo industrial na Europa. Desde já, são estabelecidas três formas pelas quais esse núcleo formado com a Revolução Industrial dava origem ao desenvolvimento: a primeira, que se dá dentro da própria Europa Ocidental, ocorre com o desmanche da economia artesanal pré-capitalista, além do aumento da produtividade. Indo para a segunda divisão, tem-se a

mudança da mão de obra, técnica e capital para outras localidades, desde que fossem parecidas com as terras europeias, de forma que logo regiões como as australianas, canadenses e estadunidenses logo conseguiam melhores níveis qualitativos de vida, uma vez que levavam hábitos e técnicas europeus para esses locais, sem contar que se ajustaram em regiões que lhe fossem favoráveis no quesito natureza (recursos). A terceira e última forma deu-se nos locais já ocupados, de natureza pré-capitalista. É importante considerar que essa forma de expansão se deu de formas diferentes, fosse para comércio ou para a produção de matéria-prima (visto que a demanda aumentava nos núcleos).

O que se pode concluir desses fatos relatados acima, diz sobre o surgimento de estruturas dualistas, que combinam parte na produção pré-capitalista, parte na maximização do lucro. É o efeito do impacto da relação que se dá com a expansão dessas economias industriais até aquelas que ainda não tinham contato com a industrialização. Assim, o subdesenvolvimento se dá com o surgimento dessas estruturas. Furtado (1968)

Para Furtado (1968, p. 197), “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Dessa forma, Furtado pontua em sua obra que torna-se vital a consideração desse ponto em particular, de forma que seja observado se a renda obtida da implementação desse capitalismo nas sociedades pré-capitalistas focou na coletividade, de forma que ocorram transformações em sua estrutura econômica. E, por mais que as nações industrializadas, ao entrar nos países de estrutura pré-capitalista, entrasse em contato com essa, ainda assim não o faz de forma efetiva, considerando que a renda resultante desse processo não pertence à economia da região.

Furtado mostra através de sua obra que, a partir do momento em que o centro industrial se faz presente na Europa, de forma que irradia essa industrialização para os demais locais parecidos, a distância entre esse centro e a periferia, os subdesenvolvidos, torna-se cada vez mais clara e aprofundada. Desde o desencadeamento dessa situação, novas discussões surgem em relação às mudanças que ocorreram nas relações econômicas internacionais.

Como primeiro ponto, Furtado (1968) apresenta o fato de que quando a industrialização teve início, assim como o comércio internacional teve seu aumento, logo a procura por matéria-prima natural ganhou destaque, de forma a criar um fluxo de

capital em direção às nações subdesenvolvidas. Furtado destaca como, até a Primeira Guerra Mundial, o comércio de matéria-prima entre os países crescia mais do que a renda nacional dos países industrializados em conjunto.

Porém, o que ocorre após esse aumento pela procura de matéria-prima é justamente a diminuição da mesma, fosse pelo progresso técnico, ou até mesmo pelo aumento da preferência por diversificação. Dessa forma, as matérias primas naturais perdiam lugar para aqueles produtos industrializados. Outra observação é que o progresso técnico acabava por diminuir a vantagem relativa de alguns produtos naturais, de forma que utilizar matérias-primas consideradas de qualidade inferior já não representava um problema, como mostra Furtado (1968).

O autor ainda continua que, com o surgimento dessas chamadas “economias de escala”, as indústrias de bens não-duráveis acabam perdendo significado, enquanto que a de produtos intermediários (aqueles que substituíram as matérias-primas) crescem no mercado internacional. Dessa forma, a formação das economias de escala ocorre justamente com a diminuição da procura por matéria-prima. O resultado desse processo acaba sendo a busca por uma “integração econômica”, na qual ocorreriam os mercados de produtos diversificados que possuam mercado consumidor com padrão elevado. Assim, tem-se início o processo de descolonização, como mostra Furtado (1968)

Pela ótica dos países subdesenvolvidos, essas mudanças no comércio internacional representaram uma perda de espaço, de forma que passam a pagar caro pelos produtos industrializados do centro, enquanto que este último paga preços baixos pelas matérias-primas dos subdesenvolvidos. Furtado (1968) ainda traz a observação de como os países da América Latina são exemplo desse processo.

Considerando essa diferença na importação e exportação, os subdesenvolvidos passam a financiar algumas de suas importações com capital externo a médio e longo prazo, de forma que a dependência de capital externo pelos países periféricos acaba aumentando na década de 1950. Mas, a partir de 1960, observa-se que já começava a ocorrer uma espécie de explosão do endividamento externo por parte dos subdesenvolvidos em relação aos países industrializados, fosse para pagar dívidas, empréstimos ou juros e dividendos. Furtado (1968)

Como esperado, Furtado afirma como essas ações fazem com que a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos industrializados cresça ainda mais, considerando que o processo de substituição de importações inicia-se justamente com o “incentivo” das empresas de manufaturados, de forma que empresas

internacionais do chamado centro industrial tomariam um controle ainda maior da produção dos países subdesenvolvidos, além de influenciar o padrão de consumo das altas classes nesses países, deixando mais clara ainda a concentração de riquezas, por exemplo. Assim, o processo de produção estava nas mãos estrangeiras, que conseguiam formar um fluxo unilateral de recursos.

Furtado (1968) apresenta, ao final de sua obra, o que seriam algumas conclusões a partir das discussões realizadas em torno do tema, entre as quais: a necessidade de diminuir as flutuações de preços dos produtos primários, de forma que resolva, pelo menos em parte, o que foi discutido anteriormente, de forma a impedir a deterioração dos termos de intercâmbio das nações periféricas; subdesenvolvidos com acesso aos produtos manufaturados no comércio internacional, com atenção a um tratamento preferencial; desenvolver pesquisas com foco tecnológico e científico nos países subdesenvolvidos; desenvolvimento como foco global, de forma que as relações internacionais em forma de dependência e o progresso técnico não aumentem as desigualdades. Dessa forma, é importante ressaltar o quão necessário é que a chamada eficiência tão glorificada pelos clássicos fique em segundo plano em relação ao âmbito social.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada com as obras citadas, percebe-se que o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma etapa, de forma a enxergar o desenvolvimento como o ponto de chegada. O que realmente ocorre é uma relação causal entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que pode ser explicada por meio da história e das construções sociais. Questões que se tornam então relevantes podem assumir a forma de alguns dos questionamentos a seguir: como a relação entre esses países nasceu? Quais eram os acordos de épocas anteriores?

Além disso, acreditar que um país periférico deva seguir os mesmos passos dos já desenvolvidos é uma afirmação equivocada, considerando que cada país possui estruturas e problemáticas diferentes. Chang (2002) apresenta como os chamados PAD's (Países Atualmente Desenvolvidos) propagam e cobram medidas aos países em desenvolvimento que, supostamente, fazem parte do pacote de "boas políticas" para que alcancem o desenvolvimento. Mas, na verdade, ao realizar uma análise histórica, percebe-se que, no momento em que se desenvolviam, os PADs realizavam medidas

contrárias ao que indicam atualmente sejam relacionadas ao protecionismo, ao bom funcionamento das instituições, etc. Essa análise pode demonstrar o que Furtado apresenta em toda a sua discussão, sobre as consequências do pacto colonial que persistem até hoje.

Outra questão diz sobre a dependência, existente ainda hoje, dos países subdesenvolvidos em relação ao capital estrangeiro. Furtado ressalta como a substituição de importações iniciou-se com incentivos estrangeiros, mostrando como uma iniciativa voltada ao comércio nacional torna-se um instrumento de controle pelos estrangeiros. Nos tempos atuais, por exemplo, o grande número de multinacionais no território demonstram essa questão, uma vez que os incentivos às indústrias nacionais é bastante remoto. Demonstrando assim, mais uma vez, como o contexto histórico explica muito da relação entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, uma vez que esta sofre consequências da situação metrópole-colônia até hoje.

Dessa forma, já objetivando o fomento da indústria nacional, Furtado avalia que o crescimento tecnológico nacional é de suma importância, uma vez que mudaria, por exemplo, a pauta de exportação e importação do país.

Atualmente, por mais que a relação metrópole-colônia não seja mais algo formal, ainda assim sobram os exemplos de medidas que podem retratar essa época, considerando que as raízes históricas desse processo deixam marcas até hoje.

Sendo assim, é vital que a discussão sobre subdesenvolvimento esteja em destaque, uma vez que são tantas as consequências que impedem que países desse grupo cresçam nos âmbitos econômico, social e político. A relação entre os dois termos nada tem a ver com um processo de etapas, nem de imitar os processos de outros países, mas sim de entender as especificidades de seu próprio território para que seja possível superar os obstáculos presentes. Dessa forma, Furtado foi essencial para o entendimento das questões citadas acima, uma vez que apresenta a importância de que um debate específico e desvinculado do desenvolvimento seja criado para o subdesenvolvimento, considerando que os países periféricos apresentam peculiaridades que precisam ser vistas de forma independente em relação às nações desenvolvidas.

Por fim, mas não menos importante, a abordagem de Furtado considera o ponto crucial de todo o enredo: a questão social. Afinal, as consequências das ações dos países desenvolvidos são pagas pelos povos que vivem nos países subdesenvolvidos.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade.** Orientador: Gilberto Tadeu Lima. 2012. 263 f. Tese de doutorado - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-26062012-155604/pt-br.php>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2006. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/047cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1968.